



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**  
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS**

---

**DECISÃO AO PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2019**

**Processo nº: 23343.003538.2019-17**

O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS – IFSULDEMINAS, por meio do seu Pregoeiro, designado pela Portaria 1.222, de 09 de agosto de 2019, vem decidir o pedido de impugnação impetrado pela empresa HORIZONTE DIGITAL INFORMÁTICA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 08.658.727/0001-72, situada na rua Ubatuba, 15, Bairro Nova Granada, Belo Horizonte/MG, CEP 30.431-290, sendo tempestiva sua impugnação ao Edital de licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, nº **15/2019**, processo nº **23343.003538.2019-17**, de acordo com as Lei 10.520/2002, Lei 8.666/93, Decreto 5.450/2005 e legislação correlata ao tema.

**1 IMPUGNAÇÃO APRESENTADA**

*A impugnação apresentada está disponível no sítio oficial do IFSULDEMINAS, através do link: <https://portal.ifsuldeminas.edu.br/index.php/institucional-geral/2652-pregoes-eletronicos-2019-reitoria-uasg-158137>*

**2 ADMISSIBILIDADE DO IMPUGNAÇÃO**

A legislação aponta como pressupostos desta espécie de recurso administrativo: a manifesta tempestividade; a inclusão de fundamentação; e o pedido de reforma do instrumento convocatório.

O Decreto 5.450 de 31 de maio de 2005, assim disciplinou a impugnação:

Art. 18. Até dois dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão, na forma eletrônica.

§ 1º Caberá ao pregoeiro(a), auxiliado(a) pelo setor responsável pela elaboração do edital, decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.

§ 2º Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame.

Recebida a petição através de e-mail: [licitacao@ifsuldeminas.edu.br](mailto:licitacao@ifsuldeminas.edu.br), de forma tempestiva.

**3 DA FUNDAMENTAÇÃO DA DECISÃO DOS PEDIDOS**

Diante das alegações feitas pela empresa impugnante, da consulta a legislação e jurisprudência, aos setores requisitantes, ao Edital, Termo de Referência e anexos, segue abaixo os apontamentos e decisão da impugnação.

Primeiramente, o Pregoeiro e Equipe de Apoio enviou o pedido de impugnação para a Coordenadoria de Contabilidade – CCONT da Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e

Tecnologia do Sul de Minas Gerais – IFSULDEMINAS, para auxiliar na resposta, em que destacou que o código CATSER: 27456 - LICENCIAMENTO DE DIREITOS PERMANENTES DE USO DE SOFTWARE PARA ESTAÇÃO DE TRABALHO, possui a natureza de despesa 449040/05, conforme indicação na cláusula 6 do Anexo I – Termo de Referência. A CCONT detalhou a função da natureza de despesa, através de consulta ao sistema SIASG/SIAFI: *REGISTRA O VALOR DOS PROGRAMAS DE COMPUTADOR QUE SÃO ADQUIRIDOS PRONTOS (SOFTWARE DE PRATELEIRA). UM DOS TERMOS MAIS UTILIZADOS NA AQUISIÇÃO DE SOFTWARE E O LICENCIAMENTO PERPÉTUO DO SOFTWARE, OU SEJA, O COMPRADOR PODERÁ UTILIZAR O SOFTWARE POR UM PRAZO INDEFINIDO.*

A classificação do código 27456 - LICENCIAMENTO DE DIREITOS PERMANENTES DE USO DE SOFTWARE PARA ESTAÇÃO DE TRABALHO, está classificado de acordo com a lista disponível: <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/images/conteudo/ArquivosCGSIASG/CATMAT/Lista-CATMAT-CATSER-publica-portal-Mai-2019.xlsx> e está como serviço somente como pró-forma, pois a natureza de despesa, se refere-se a um objeto intangível imobilizado, conforme descrito acima e classificação orçamentária do site do Compranset e do Tesouro Nacional:

Compranset:

[https://www.comprasgovernamentais.gov.br/images/ultimas\\_noticias/ND-de-TIC-2018---FunoSIAFI-1.pdf](https://www.comprasgovernamentais.gov.br/images/ultimas_noticias/ND-de-TIC-2018---FunoSIAFI-1.pdf)

<https://siasgnet-consultas.siasgnet.estaleiro.serpro.gov.br/siasgnet-catalogo/#/siasgnet-catalogo/search>

Tesouro Nacional:

[https://conteudo.tesouro.gov.br/manuais/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1567:020332-classificacoes-orcamentarias&catid=749&Itemid=376](https://conteudo.tesouro.gov.br/manuais/index.php?option=com_content&view=article&id=1567:020332-classificacoes-orcamentarias&catid=749&Itemid=376)

Desta forma, o IFSULDEMINAS através das consultas na legislação e com os setores responsáveis, destaca que deve ser seguido a natureza de despesa, indicada no edital.

#### **4 DA CONCLUSÃO**

Desta forma, ante ao aqui exposto, o Pregoeiro decide pelo não acolhimento do pedido de impugnação, conforme citado nos itens acima. Logo o edital, o termo de referência serão mantidos para a respectiva Sessão Pública.

Ao final, cumpre esclarecer que a análise aqui consignada ateve-se às condições exigidas no Instrumento Convocatório.

Conforme exposto e por fim, considerando a legislação e jurisprudência acerca do assunto, este pregoeiro assessorado pelos setores requisitantes, jurídico e equipe de apoio indefere o pedido

Pouso Alegre-MG, 04 de novembro de 2019.

Marco Antonio de Melo Azevedo  
Pregoeiro